**MINUTA PADRÃO**

**CONVÊNIO DE SAÍDA**

**Nota Explicativa 1:** Este modelo se aplica exclusivamente a convênios de saída disciplinados pelo Decreto Estadual nº 48.745, de 29 dezembro de 2023. Sua elaboração tomou por base a celebração, com municípios, órgãos e entidades públicas, consórcios públicos e entidades sem fins lucrativos em que não é aplicada a Lei Federal nº 13.019/2014, de transferências voluntárias cujo objeto envolva reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens, de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.

**Nota Explicativa 2:** Os **dispositivos deste modelo de instrumento** **devem ser adaptados pelo concedente**, de acordo com as peculiaridades e condições do objeto pactuado, sendo **essencial a análise técnica e jurídica do instrumento antes da assinatura do ajuste.**

**Nota Explicativa 3:** As notas explicativas apresentadas ao longo do modelo traduzem-se em orientações e devem ser excluídas após as adaptações.

**Nota Explicativa 4:** Foram destacados em vermelhos trechos que merecem atenção especial das áreas técnicas e jurídica do órgão ou entidade estadual parceiro. Após a realização de adaptações, a cor da fonte deve ser alterada para “Automático”.

**Nota Explicativa 5:** Foram destacados em grifo amarelo os dados que o SIGCON-MG – Módulo Saída já faz o filtro automaticamente através do preenchimento do plano de trabalho

**CONVÊNIO DE SAÍDA Nº /SIGLACONCEDENTE**

**CONVÊNIO DE SAÍDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DO(A) NOMECONCEDENTE E O(A) NOMECOVENENTE PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS.**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do(a) Nomeconcedente,sediada na Endereço concedente, inscrita no CNPJ sob o nº cnpj concedente, neste ato representado(a) por seu(ua) Cargo representante,Nome representante, portador(a) do CPF nº cpfrepresentanteanonimazado, doravante denominado(a) **CONCEDENTE**,e o(a) Nome convenente, sediado(a) na Endereço convenente, inscrito(a) no CNPJ sob o nº cnpj convenente, adiante denominado(a) apenas **CONVENENTE**, representado(a) por seu cargo responsável, Nome responsável, , portador(a) do CPF nº cpf responsável anonimizado, com interveniência de Nome interveniente**,** sediado(a) na Endereço interveniente, inscrito(a) no CNPJ sob o nº cnpj interveniente, neste ato representado(a) por seu(ua) cargo representante interveniente, Nome representante interveniente, , portador(a) do CPF nºcpf representante interveniente anonimizado, doravante denominado(a) **INTERVENIENTE,**

RESOLVEM, com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, , na Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, no Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – nº 03/2013 e na Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 001/2024, de 31 de janeiro de 2024, publicada em 10 de fevereiro de 2024, celebrar o presente **CONVÊNIO DE SAÍDA**, mediante as seguintes cláusulas e condições, previamente entendidas e expressamente aceitas:

*(Nota explicativa: caso não exista INTERVENIENTE, os dados em vermelho devem ser retirados)*

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente CONVÊNIO DE SAÍDA a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização de Objeto, conforme Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo(a) CONCEDENTE e parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, na condição de seu anexo.

**SUBCLÁUSULA 1ª** Toda a documentação apresentada pelo CONVENENTE e aceita pelo CONCEDENTE no SIGCON-MG - Módulo Saída, integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA 2ª – DA FINALIDADE**

Constitui finalidade do presente CONVÊNIO DE SAÍDA a Finalidade.

*(Nota Explicativa: Descrever a finalidade do convênio de saída considerando expressamente o interesse público recíproco envolvido na execução do objeto)*

**CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA**

Este instrumento vigorará por VIGÊNCIA dias, a contar da data de sua publicação, computando-se, neste prazo, o previsto para execução do objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo a vigência ser prorrogada observado o procedimento constante da Cláusula 10ª~~.~~

*(Nota Explicativa: conferir se o número de dias de vigência está de acordo com o constante no Plano de Trabalho. Eventual diferença implicará divergência entre o plano de trabalho e o termo assinado ocasionando problemas na execução e necessidade de correção e de apuração de responsabilidade).*

*(Nota Explicativa: atenção à contagem do prazo em caso de ano bissexto).*

*(Nota Explicativa: o prazo limite de vigência é de 2.192 dias corridos)*

**CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**I -** Compete ao(à)CONCEDENTE:

1. Realizar no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais (SIGCON – MG - Módulo Saída) a tramitação de processos, a notificação e a transmissão de documentos para a celebração, a programação orçamentária, a liberação de recursos, o monitoramento e fiscalização da execução e a análise de prestação de contas do convênio de saída, sendo, ainda, nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados diretamente no sistema;
2. publicar o extrato do CONVÊNIO DE SAÍDA e de seus aditivos, no Diário Oficial do Estado, no prazo e na forma legal, para que o instrumento produza seus efeitos legais e jurídicos;
3. dar ciência da assinatura deste CONVÊNIO DE SAÍDA ao Poder Legislativo do(a) CONVENENTE;
4. repassar ao(a) CONVENENTE os recursos financeiros necessários à execução do objeto previsto na Cláusula 1ª deste CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com a Cláusula 8ª;
5. orientar o CONVENENTE quanto à correta execução do objeto deste convênio de saída;
6. monitorar e fiscalizar, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA;
7. notificar o CONVENENTE sobre qualquer irregularidade identificada no uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, constatadas a partir das atividades de monitoramento e fiscalização e da análise da prestação de contas parcial, com a fixação de prazo em conformidade com o Decreto nº 48.745/2023 para o saneamento ou apresentação de justificativas;
8. analisar as propostas de alterações apresentadas pelo(a) CONVENENTE, desde que devidamente justificadas, e realizar eventuais ajustes necessários à aprovação, caso as modificações sejam permitidas na legislação e preservem o núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA;
9. promover o apostilamento no convênio de saída ou no último termo aditivo de alterações aprovadas relacionadas à dotação orçamentária, aos membros da equipe executora, à conta bancária específica, à duração das etapas, ao demonstrativo de recursos, à alteração dos agentes responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do convênio de saída, à alteração do cronograma de desembolso e aos dados dos partícipes, nos termos dos art. 83 do Decreto nº 48.745/2023;
10. prorrogar de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pelo(a) CONCEDENTE, limitada ao período verificado ou à previsão estimada de atraso da liberação, conforme Cláusula 10ª, SubCláusula 2ª, bem como adequar, se for o caso, a duração das etapas considerando a nova vigência;
11. assegurar os recursos necessários para o pleno desempenho das atividades de monitoramento, fiscalização e análise da prestação de contas parcial e final;
12. receber e analisar, técnica e financeiramente, as prestações de contas apresentadas pelo CONVENENTE, aprová-las, com ou sem ressalvas, ou reprová-las, mantê-las arquivadas, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, para futuras ou eventuais inspeções;
13. instaurar o Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE-Parcerias, na hipótese de reprovação da prestação de contas final, inclusive por ocasião da omissão no dever de prestar contas;

II – Compete ao(à) CONVENENTE:

1. manter atualizados o correio eletrônico, o telefone de contato e o endereço, inclusive o residencial, de seu representante legal, e demais requisitos do Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais – Cagec
2. executar e acompanhar a execução, diretamente ou por terceiros, da reforma ou obra, dos serviços, do evento ou da aquisição de bens, relativa ao objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com seu Plano de Trabalho e observada a legislação pertinente, e dispositivos relativos à segurança, higiene e medicina do trabalho;
3. assegurar a legalidade e a regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA, sendo permitidas somente despesas previstas no Plano de aplicação do Plano de Trabalho e desde que observadas as regras de utilização de recursos dispostas na Cláusula 9ª;
4. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou órgãos de controle;
5. comparecer à Agência Bancária indicada pelo CONVENENTE para providenciar a formalização do contrato de prestação de serviços junto à instituição financeira e ativação da conta bancária específica para este CONVÊNIO DE SAÍDA, com vistas a possibilitar o recebimento dos recursos.

*(Nota Explicativa: este subitem deve ser mantida no caso de se utilizar a 1ª opção de texto para a Subcláusula 1, da Cláusula 8ª, com a abertura da conta específica a ser realizada pelo Poder Executivo. Na hipótese de a conta bancária específica ter sido aberta pelo CONVENENTE, EXCLUIR este subitem)*

1. manter e movimentar, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros de que trata a Cláusula 5ª depositados na conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA, cuja abertura deve se dar em instituição financeira oficial, nos termos do art. 59, §§2º e 3º do Decreto nº 48.745/2023;

manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros de que trata a Cláusula 5ª depositados na conta bancária única do Tesouro Nacional, devendo acompanhar a movimentação dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA com vistas a assegurar a aplicação dos recursos, nos termos da Cláusula 9ª, Subcláusula 2ª, bem como a demonstração do nexo de causalidade da receita e despesa na prestação de contas;

*(Nota explicativa: utilizar a segunda opção de subitem se o CONVENENTE for integrante da Administração Pública Federal e optar por receber os recursos na conta única do Tesouro Nacional)*

1. *permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante ao Estado e respectivos órgãos de controle;*
2. depositar o valor integral da contrapartida financeira, conforme Cláusula 6ª, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio de Saída, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

*(Nota explicativa: Caso não exista contrapartida financeira, a subitem deve ser retirada. Em regra, o CONVENENTE que for integrante da Administração Pública Municipal ou consórcio público deve obrigatoriamente oferecer contrapartida, sendo facultativo para os demais CONVENENTES. A lei anual de diretrizes orçamentária prevê os casos em que a contrapartida é dispensada para municípios e consórcios públicos)*

1. especificar, quantificar e valorar os bens ou serviços que venham a ser utilizados em execução direta, inclusive os correspondentes à contrapartida em bens e serviços

*(Nota explicativa: caso não exista execução direta ou contrapartida em bens e serviços a subitem deve ser retirada. Em regra, o CONVENENTE que for integrante da Administração Pública Municipal ou consórcio público deve obrigatoriamente oferecer contrapartida, sendo facultativo para os demais CONVENENTES. A lei anual de diretrizes orçamentária prevê os casos em que a contrapartida é dispensada para municípios e consórcios públicos)*

1. manter aplicados os recursos, enquanto não utilizados, em conformidade com a Cláusula 9ª, Subcláusula 2ª;
2. observar que os rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicadas, exclusivamente, em seu objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, observado o disposto no art. 59 do Decreto nº 48.745/2023;
3. responsabilizar-se pela cobertura dos custos que eventualmente excederem o valor constante da Cláusula 5ª;
4. efetuar os pagamentos aos contratados e fornecedores exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, exceto, nos casos previstos no § 2º do art. 61 do Decreto nº 48.745/2023, em que serão permitidas outras formas de pagamento que efetivem crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços e permitam a verificação do nexo de causalidade da receita e da despesa;
5. não efetuar pagamentos em espécie;
6. não realizar despesas e pagamentos com recursos do convênio de saída nas situações vedadas na Subcláusula 2ª da Cláusula 9ª, sob pena de glosa de despesas e/ou reprovação da prestação de contas;
7. verificar a adimplência de fornecedores ou prestadores de serviços cujo pagamento será efetuado com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme previsto no art. 65 do Decreto nº 48.745/2023, anexando no Sigcon-MG-Módulo Saída os comprovantes dessa verificação;
8. não realizar pagamento antecipado com recursos do convênio de saída;

(Nota Explicativa: Verificar, de acordo com as características do convênio a ser celebrado e as despesas previstas no plano de aplicação, se, excepcionalmente, pode ser autorizado algum pagamento antecipado, observadas as condicionantes apontadas no art. 145 da Lei 14.133, de 2021. Caso positivo, complementar este item com ressalva atinente às despesas do plano de aplicação que podem ser excepcionadas.)

1. registrar, no Sigcon -MG-Módulo Saída, e em outros sistemas a ele integrados, todos os atos realizados para execução do convênio, em até 30 dias contados da realização do ato, anexando documentação comprobatória, inclusive aquela relacionada à comprovação das despesas, e prestar informações sobre a execução sempre que solicitado pelo CONCEDENTE ou órgãos fiscalizadores;
2. emitir no Sigcon-MG Módulo saída os Relatórios de Atividades, em conformidade com a periodicidade definida na Cláusula 9**ª**  Sublclausula 10**ª**, contendo todas as atividades realizadas pelo convenente durante o período de referência do monitoramento;
3. sujeitar-se, no caso da não inserção no Sigcon-MG Módulo Saída da documentação comprobatória de despesas efetuadas à conta dos recursos deste Convênio em até 30 dias contados de sua realização, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados no art. 77 do Decreto nº 48.745/2023;
4. identificar eventuais necessidades de alteração do CONVÊNIO DE SAÍDA e apresentá-las previamente ao(à) CONCEDENTE, observada a Cláusula Décima;
5. informar, ao CONCEDENTE, eventuais alterações dos membros da equipe de contato do CONVENENTE, da equipe executora do CONVÊNIO DE SAÍDA, observado o procedimento disposto no parágrafo único do art. 83 do Decreto nº 48.745/2023;
6. facilitar o acesso de servidores ou parceiros do(a) CONCEDENTE, quando em missão de atividades de fiscalização ou auditoria, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA;
7. divulgar o convênio para a comunidade beneficiada, inserindo, por meio de placas, adesivos ou pintura, o nome e logomarca oficial do Governo de Minas Gerais nas peças de divulgação institucional e na identificação da reforma ou obra, evento ou bem permanente objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com o padrão do Manual de Identidade Visual, disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV – [www.governo.mg.gov.br](http://www.governo.mg.gov.br/).

*(Nota explicativa: retirar se as características do objeto não permitirem sua identificação com a logomarca.)*

*(Nota explicativa: Caso o CONVÊNIO DE SAÍDA possua INTERVENIENTE que aporte recursos, verificar a necessidade de divulgação da logomarca do mesmo nas peças de divulgação)*

1. divulgar o CONVÊNIO DE SAÍDA em sítio eletrônico próprio e em quadros de avisos de amplo acesso público, observada as determinações da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012;
2. Incluir em qualquer peça de divulgação e identificação de bem adquirido, produzido, transformado ou construído em razão da execução do convênio de saída ou serviço produzido o QR Code disponibilizado pelo Sigcon-MG Módulo Saída;
3. não permitir que constem, em nenhum dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como veiculação de publicidade ou propaganda, cumprindo assim o que determina o § 1º do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e o art. 37 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
4. manter sigilo acerca das informações que tenha acesso em virtude do presente CONVÊNIO DE SAÍDA, ainda que após o término da vigência, salvo quando expressamente autorizado pelo(a) CONCEDENTE ou em virtude de legislação específica;
5. responsabilizar-se pelo recolhimento aos órgãos competentes de todos os impostos, taxas, encargos, tributos sociais, trabalhistas e previdenciários, e comprová-lo na prestação de contas, eximindo o(a) CONCEDENTE da responsabilidade solidária, bem como da responsabilidade técnica, civil e criminal decorrentes da execução de obras e serviços;
6. responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra o(a) CONCEDENTE oriunda de qualquer membro da equipe do(a) CONVENENTE;
7. assumir exclusivamente a reponsabilidade técnica e civil pela reforma ou obra relativa ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA;

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantido apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra)*

1. observar, durante a elaboração dos projetos e da execução da reforma ou obra, a Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e a Lei Estadual nº 15.426, de 3 de janeiro de 2005;

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra)*

1. quando o(a) CONVENENTE apresentar, na celebração deste instrumento, documentos de situação possessória definidos no regulamento de que trata o art. 115 do Decreto nº 48.745/2023, regularizar a documentação do imóvel até o final da vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, com a apresentação da Certidão de Ônus Real do Imóvel, a ser obtida junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, sob pena de devolução integral dos recursos repassados pelo(a) CONCEDENTE, corrigidos monetariamente, nos termos do art. 101 do Decreto nº 48.745/2023**;**

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma, obra ou aquisição de bens com instalação. Retirar caso o CONVENENTE apresente o registro do imóvel para a celebração)*

1. se o objeto consistir em reforma ou obra habitacional ou de urbanização de interesse público ou social, promover a regularização jurídica em favor das famílias beneficiadas;
2. utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos deste CONVÊNIO em conformidade com o objeto pactuado;
3. conservar os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA e responsabilizar-se pela sua guarda, manutenção, conservação e bom funcionamento, obrigando-se a informar ao(à) CONCEDENTE, a qualquer época e sempre que solicitado, a localização e as atividades para as quais estão sendo utilizados;
4. não transferir o domínio do bem permanente, imóvel ou móvel, adquirido, produzido, transformado ou construído com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA até a aprovação da prestação de contas final e observar, após a aprovação com ou sem ressalvas, a Cláusula 16ª ;

*(Nota explicativa: este subitem só deve ser mantida caso o CONVÊNIO DE SAÍDA possibilite a aquisição, produção, transformação ou construção de bens móveis/imóveis permanentes)*

1. prestar contas, parcial, quando exigida, e final, dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, inclusive da contrapartida, nos moldes e prazos previstos na Cláusula 13ª, observada documentação específica para o tipo de objeto do presente instrumento;
2. devolver ao Tesouro Estadual, na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, os saldos em conta corrente e de aplicação financeira, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, até 30 (trinta) dias após o término da vigência;

*(Nota explicativa: quando se tratar de subconvênio, comprovante de depósito na conta específica do convênio de entrada ou contrato de repasse celebrado com a União).*

*(Nota explicativa: quando se tratar de convênio celebrado com a administração indireta, comprovante de depósito na conta específica do concedente).*

1. restituir ao Tesouro Estadual eventual dano ao erário apurado pelo concedente conforme a Cláusula 15ª;
2. não subconveniar ou descentralizar os recursos para organizações da sociedade civil no todo ou em parte;

observar a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas federais/estaduais/municipais, nos subconvênios celebrados com recursos decorrentes deste CONVÊNIO DE SAÍDA, devendo o prazo de vigência do subconvênio ser estabelecido de modo a possibilitar a regular prestação de contas do CONVENENTE ao CONCEDENTE relativa a este CONVÊNIO DE SAÍDA;

observar a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, nas parcerias com organizações da sociedade civil celebradas com recursos decorrentes deste CONVÊNIO DE SAÍDA, devendo o prazo de vigência da parceria ser estabelecido de modo a possibilitar a regular prestação de contas do CONVENENTE ao CONCEDENTE relativa a este CONVÊNIO DE SAÍDA;

*(Nota explicativa: em regra, o subconveniamento e a descentralização de recursos para organizações da sociedade civil são vedados pela legislação, podendo o instrumento jurídico autorizá-los.)*

*Se o CONCEDENTE não autorizar o subconvênio e tampouco a descentralização de recursos, utilizar a primeira opção de subitem. Se o CONCEDENTE autorizar o subconvênio, utilizar a segunda opção de subitem. Se for autorizado o repasse dos recursos do convênio por meio de parcerias celebradas com OSC, utilizar a terceira opção de subitem. Destaca-se que nas duas últimas hipóteses de autorização do subconveniamento ou de descentralização de recursos, deve-se promover a regular prestação de contas do subconvênio ou da parceria)*

II.A - Compete, ainda, ao CONVENENTE Município:

pp) incluir os recursos financeiros recebidos do(a) CONCEDENTE no orçamento municipal, classificando-os na dotação orçamentária específica, de acordo com o objeto do presente CONVÊNIO DE SAÍDA;

1. promover o competente processo licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para contratação de execução de reforma ou obra, serviço ou aquisição de bens objeto do presente instrumento, conforme determina a Lei Federal n°14.133/2021 em tempo hábil, observada a vigência do convênio;
2. cumprir as normas estabelecidas nas Instruções Normativas nº 09/2003 e nº 06/2013 do TCEMG, mantendo toda a documentação devidamente ordenada e atualizada;

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra)*

II.B - Compete, ainda, à CONVENENTE Entidade Privada Sem Fins Lucrativos:

1. informar ao CONCEDENTE, no momento da sua ciência, qualquer alteração referente a despesas de pessoal previstas no inciso I do art. 54 do Decreto nº 48.745/2023;

*(Nota explicativa: somente caso o CONVÊNIO DE SAÍDA preveja pagamento de despesas de pessoal)*

1. encaminhar ao(à) CONCEDENTE, **j**unto ao Relatório de Atividades, lista com nome e Cadastro das Pessoas Físicas – CPF – dos trabalhadores que atuem na execução do objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA;

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas se for previsto no plano de trabalho do convênio de saída despesas com remuneração da equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos)*

1. disponibilizar, no sítio eletrônico oficial e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos que exerçam suas ações, a relação dos instrumentos celebrados, em ordem cronológica de data de publicação do extrato do convênio, mantendo-se em até cento e oitenta dias contados da decisão final do ordenador de despesas acerca da prestação de contas, constando as seguintes informações:

I – órgão concedente, número e data de assinatura e de publicação do convênio;

II – razão social da entidade privada sem fins lucrativos e respectivo CNPJ;

III – número do plano de trabalho, tipo de atendimento e objeto do convênio;

IV – valor total previsto no convênio e valores liberados, quando for o caso;

V – data de início e término do convênio, incluindo eventuais prorrogações;

VI – situação da prestação de contas final do convênio, incluindo a data prevista para sua apresentação, data em que foi apresentada, prazo para análise e resultado conclusivo;

VII – valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração, individualizada, prevista para o exercício, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os encargos sociais e trabalhistas correspondentes, quando pagos com recursos do convênio, nos termos do art. 54;

VIII – meios para apresentação de denúncia sobre aplicação irregular dos recursos envolvidos no convênio.

*(Nota explicativa: as informações previstas no inciso VII deste subitem deverão constar apenas se for previsto no plano de trabalho do convênio de saída despesas com remuneração da equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos)*

1. observar, na contratação de serviços, a aquisição de bens e produtos e a gestão dos bens adquiridos ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência, instruindo o processo com os elementos dispostos no art. 64 do Decreto nº 48.745/2023.
2. elaborar e encaminhar ao CONCEDENTE, conforme subitem "s" deste item, tabela de rateio de suas despesas fixas incluídas no plano de trabalho como custos indiretos, utilizando como parâmetro a proporcionalidade do uso efetivo no convênio de saída, quando possuir mais de um convênio de saída ou parceria ou desenvolver outros projetos ou atividades com a mesma estrutura.

*(Nota explicativa: somente caso o CONVÊNIO DE SAÍDA preveja pagamento de custos indiretos da entidade privada sem fins lucrativos CONVENENTE)*

1. elaborar e encaminhar ao CONCEDENTE, conforme subitem "s" deste item, tabela de rateio de suas despesas com a remuneração da equipe incluídas no plano de trabalho, considerando o tempo efetivamente dedicado ao convênio, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

Nota explicativa: somente caso o CONVÊNIO DE SAÍDA preveja pagamento de despesas com remuneração da entidade privada sem fins lucrativos CONVENENTE)

II.C - - Compete, ainda, à CONVENENTE Entidade Pública:

pp) transferir, após o pagamento por parte do CONCEDENTE, os recursos financeiros provenientes deste CONVÊNIO DE SAÍDA para o INTERVENIENTE caso incorra no caso previsto pelo § 7º do art. 29 do Decreto nº 48.745/2023.

*(Nota explicativa: somente caso seja CONVÊNIO DE SAÍDA com Instituições de Ensino Superior e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação com interveniência de entidades sem fins lucrativos enquadradas no conceito de fundações de apoio previstos no inciso VII do art. 2º da Lei Federal nº 10.973/2004, ou na legislação do ente federado competente, responsável pela gestão administrativa e financeira do CONVÊNIO DE SAÍDA e se não optarem pela transferência direta dos recursos do concedente para conta bancária específica de titularidade da fundação de apoio, interveniente do convênio, nos termos do art. 41, XXI, do Decreto nº 48.745/2023)*

1. acompanhar a movimentação dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA com vistas a assegurar a aplicação dos recursos, nos termos da subitem “f” do item II desta Cláusula 4ª, bem como a demonstração do nexo de causalidade da receita e despesa na prestação de contas, na hipótese de transferência dos recursos financeiros para conta bancária de titularidade da fundação de apoio, interveniente do convênio de saída;

*(Nota explicativa: manter o subitem se houver fundação de apoio como interveniente do instrumento responsável pela gestão administrativa e financeira, nos termos do art.29, §7º, do Decreto nº 48.745/2023)*

Rr) promover o competente processo licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para contratação de execução de reforma ou obra, serviço ou aquisição de bens objeto do presente instrumento, conforme determina a Lei Federal nº 14.133, de 2021, em tempo hábil, observada a vigência do convênio

(Nota explicativa: substituir a Lei Federal nº 14.133, de 2021, pela Lei nº 13.303, de 2016 se o CONVENENTE for empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, nos termos do § 2º do art. 62 do Decreto nº 48.745/2023);

1. cumprir as normas estabelecidas nas Instruções Normativas nº 09/2003 e nº 06/2013 do TCEMG, mantendo toda a documentação devidamente ordenada e atualizada;

(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas se o CONVENENTE for Entidade Pública Municipal e o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra)

II.D - Compete, ainda, ao CONVENENTE Consórcio Público:

1. promover o competente processo licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para contratação de execução de reforma ou obra, serviço ou aquisição de bens objeto do presente instrumento, conforme determina a Lei Federal nº 14.133, de 2021, em tempo hábil, observada a vigência do convênio;
2. cumprir as normas estabelecidas nas Instruções Normativas nº 09/2003 e nº 06/2013 do TCEMG, mantendo toda a documentação devidamente ordenada e atualizada;

*(Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra).*

III – Compete ao(à) Interveniente:

1. comparecer à Agência Bancária indicada pelo CONCEDENTE para providenciar a formalização do contrato de prestação de serviços junto à instituição financeira e ativação da conta bancária específica para este CONVÊNIO DE SAÍDA, com vistas a possibilitar o recebimento dos recursos.

*(Nota Explicativa: este subitem só deverá existir na hipótese* do art. 41, XIX, do Decreto nº 48.745/2023*, com transferência direta dos recursos pelo CONCEDENTE à Fundação de Apoio, INTERVENIENTE do CONVÊNIO DE SAÍDA, e no caso de se utilizar a 1ª opção de texto para a Subcláusula 1, da Cláusula 8ª, com a abertura da conta específica a ser realizada pelo Poder Executivo. Se essas duas condições não estiverem presentes de forma simultânea, EXCLUIR este subitem)*

1. repassar os recursos financeiros ao(à) CONVENENTE necessários à execução do objeto previsto na Cláusula 1ª deste CONVÊNIO DE SAÍDA conforme Cronograma de Desembolso apresentado no Plano de Trabalho;

*(Nota explicativa: este subitem só deverá existir no caso de aporte de recursos financeiros ao CONVÊNIO DE SAÍDA pelo(a) INTERVENIENTE)*

1. manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros de que trata a Cláusula 5ª depositados na conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA, aberta em instituição financeira oficial, nos termos do art. 59 do Decreto nº 48.745/2023, em nome do interveniente;

*(Nota explicativa: somente caso o CONVÊNIO DE SAÍDA preveja a interveniência de Fundação de Apoio, nos termos do §7º do art.29 do* Decreto nº 48.745/2023*)*

1. observar que os rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicados, exclusivamente, em seu objeto, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, observado o art. 59 do Decreto nº 48.745/2023

*Nota explicativa: somente caso o CONVÊNIO DE SAÍDA preveja a interveniência de Fundação de Apoio, nos termos do §7º do art.29 do* Decreto nº 48.745/2023*)*

1. não assumir a totalidade das ações relativas ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA ; e
2. mencionar expressamente o(a) CONCEDENTE e o(a) CONVENENTE em ações de publicidade relacionadas ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme especificações definidas pelo primeiro.

**CLÁUSULA 5ª – DO VALOR TOTAL**

Para a execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA serão alocados recursos no valor total de R$ VALORCONVÊNIO DE SAÍDA (VALORCONVÊNIO DE SAÍDAEXTENSO), de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, assim discriminado:

1. R$ VALORCONCEDENTE (VALORCONCEDENTEEXTESO), a título de repasse do Tesouro do Estadoa ser realizado pelo(a) CONCEDENTE;
2. R$ VALORCONVENENTE (VALORCONVENENTEEXTENSO) a título de contrapartida financeira do(a) CONVENENTE, correspondente ao percentual de(PERCENTUALCONTRAPARTIDALDO), conforme previsto na Lei Anual Diretrizes Orçamentárias para o presente exercício; e
3. R$VALORINTEVERNIENTE (VALORINTERVENIENTEEXTESO) por parte do(a) INTERVENIENTE.

*(Nota explicativa: este subitem só deverá existir no caso de aporte de recursos financeiros ao CONVÊNIO DE SAÍDA pelo(a) INTERVENIENTE)*

**CLÁUSULA 6ª DA CONTRAPARTIDA**

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, até o final do mês subsequente ao recebimento de recursos estaduais, devendo o depósito ser, no mínimo, proporcional ao montante de recursos estaduais recebidos pelo CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA 1ª** Caso o depósito ocorra em data posterior ao prazo definido nesta Cláusula, o valor da contrapartida financeira deverá ser acrescido do valor referente aos rendimentos que deveriam ter sido obtidos mediante aplicação financeira prevista na SubCláusula 2ª da Cláusula 9ª, considerando a data limite em que a contrapartida deveria ter sido depositada até a data de seu efetivo depósito.

**SUBCLÁUSULA 2ª** Em se tratando de contrapartida em bens e serviços essa deverá ser comprovada e registrada nos termos §1º do art. 50 do Decreto nº 48.745/2023, devendo ser considerada a memória de cálculo apresentada juntamente com a Proposta de Plano de Trabalho, quanto à especificação, quantificação e o custo unitário dos bens ou serviços utilizados.

**SUBCLÁUSULA 3ª** A aferição da conformidade do valor da contrapartida em bens e serviços com os preços praticados no mercado será efetuada a partir da apresentação, pelo convenente, de relatórios de despesas anteriores, contratações realizadas, dados de bancos de preços e pesquisa direta com fornecedores, entre outros.

*(Nota explicativa: Os parâmetros previstos na subcláusula são exemplificativos e podem ser modificados pelos partícipes desde que os parâmetros pactuados sejam objetivos, reflitam prática existente no mercado e sejam passíveis de comparação. Esta Subcláusula só deverá existir no caso de aporte de contrapartida em bens e serviços pelo(a) CONVENENTE)*

**SUBCLÁUSULA 4ª** Os recursos repassados pelo(a) INTERVENIENTEnão serão contabilizados como contrapartida do(a) CONVENENTEe deverão ser depositados de acordo com o Cronograma de Desembolso.

*(Nota explicativa: esta Subcláusula só deverá existir no caso de aporte de recursos financeiros ao CONVÊNIO DE SAÍDA pelo(a) INTERVENIENTE)*

**SUBCLÁUSULA 5ª** As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, conforme art.59, § 8º do Decreto nº 48.745/2023;

**CLÁUSULA 7ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros a serem repassados pelo(a) CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº DOTAÇÃOCONCEDENTE, consignada no Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o presente exercício.

**SUBCLÁUSULA 1ª** Os recursos relativos à contrapartida financeira correrão à conta da dotação orçamentária nº DOTAÇÃOCONVENENTE do orçamento do(a) CONVENENTE, consignada para o presente exercício.

*(Nota explicativa: esta Subcláusula só deverá existir caso o(a) CONVENENTE ofereça contrapartida financeira)*

**SUBCLÁUSULA 2ª** Os recursos para atender a despesa de exercícios futuros estão previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

*(Nota explicativa: esta Subcláusula só deve constar para CONVÊNIO DE SAÍDA plurianual)*

**CLÁUSULA 8ª DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos a serem repassados pelos partícipes, inclusive os relativos à contrapartida financeira, serão depositados, integralmente, na conta bancária vinculada ao CONVÊNIO DE SAÍDA, a ser aberta em instituição financeira oficial pelo Poder Executivo Estadual, em nome do CONVENENTE, ou em nome do INTERVENIENTE, na hipótese prevista no inciso XXI do art. 41 do Decreto nº 48.745/2023, em 1 (uma) única parcela, ou em quantas parcelas estiverem previstas no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

 Os recursos a serem repassados pelos partícipes, inclusive os relativos à contrapartida financeira, serão depositados, integralmente, na conta bancária nº NÚMEROCONTA, agência nº NÚMEROAGÊNCIA, NOMEBANCOOFICIAL, vinculada ao CONVÊNIO DE SAÍDA, indicada pelo(a) CONVENENTE ou pelo INTERVENIENTE, (fundação de apoio, na hipótese prevista no inciso XXI do art. 41 do Decreto nº 48.745/2023), na Caracterização da Proposta do Plano de Trabalho, em 1 (uma) única parcela, ou em quantas parcelas estiverem previstas no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

*(Nota Explicativa: Se a conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA for aberta pelo Poder Executivo Estadual, por meio do acordo de que trata o §2º do art. 59 do* Decreto nº 48.745/2023*, utilizar a primeira opçã*o. *Se a conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA for aberta pelo CONVENENTE ou pelo INTERVENIENTE, utilizar a segunda opção. Optar pelo “CONVENENTE” ou pelo “INTERVENIENTE (entidade privada sem fins lucrativos enquadrada no conceito de fundação de apoio) na hipótese prevista no inciso XXI do art. 41 do* Decreto nº 48.745/2023, *conforme o caso.)*

**SUBCLÁUSULA 1ª:** O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste CONVÊNIO DE SAÍDA não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** A liberação de recursos pelo(a) CONCEDENTE ocorrerá mediante a observação do Cronograma de Desembolso e da legislação eleitoral, bem como mediante a verificação da efetiva disponibilidade financeira e da adimplência e regularidade do(a) CONVENENTE, conforme art. 56 do Decreto nº 48.745/2023.

 **SUBCLÁUSULA 3ª:** Verificada a ocorrência das seguintes impropriedades, as parcelas ficarão retidas até a constatação do saneamento, exceto na hipótese de o objeto do convênio configurar um serviço essencial, nos termos do §1º do art. 56 do Decreto nº 48.745/2023

1. quando não houver demonstração do cumprimento proporcional da contrapartida pactuada;
2. quando a análise do Relatório de Atividades concluir pela não demonstração da execução das metas previstas para o período, injustificadamente;
3. quando não for finalizada a apresentação da prestação de contas parcial no prazo previsto no instrumento;
4. quando houver evidências de irregularidade não sanada na aplicação de parcela anteriormente recebida;
5. quando constatado o não cumprimento pelo convenente das obrigações estabelecidas no instrumento;
6. quando o convenente deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo órgão concedente, bem como pelos órgãos de controle interno ou externo;
7. quando não for comprovada a inserção de placa, com fins de divulgação, em obra executada no âmbito do convênio de saída, após a celebração do instrumento, conforme subitem “z”, do item II, da Cláusula 3ª.

**CLÁUSULA 9ª – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas neste instrumento e no Plano de Trabalho, devendo a movimentação financeira ser realizada conforme subitem "m", item II, da Cláusula 4ª.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** Na utilização dos recursos é vedado ao CONVENENTE, sob pena de glosa de despesas e reprovação da prestação de contas:

1. Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
2. Realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste instrumento;
3. Realizar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento, salvo quando o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a sua vigência, incluindo o fornecimento do bem ou a prestação do serviço, mediante justificativa do convenente e aprovação do concedente;
4. Realizar despesas à título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;
5. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora do prazo, exceto no que se refere às multas decorrentes exclusivamente de atrasos da Administração Pública do Poder Executivo Estadual na liberação de recursos financeiros, quando essas despesas forem previamente autorizadas pelo ordenador de despesa do órgão concedente, ou quando previstas em legislação específica;
6. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, diretamente vinculada ao objeto do convênio, prevista claramente no plano de trabalho, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
7. Realizar pagamento a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Pública direta ou indireta dos entes federados, ressalvada a hipótese prevista no art. 54, V, do Decreto nº 48.745/2023, e aquelas previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
8. Realizar pagamento à requisição e a utilização, pelo convenente ou empresa contratada, de Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguridade Social – CEI – vinculado a Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – utilizado por órgãos ou entidades do Estado de Minas Gerais.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** Os recursos deste CONVÊNIO, enquanto não utilizados, devem ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**SUBCLÁUSULA 3ª:** Na hipótese de utilização de recursos estaduais relativos ao convênio, é vedado ao CONVENENTE contratar fornecedor ou prestador de serviço que esteja inadimplente com o Estado de Minas Gerais, se responsabilizando por consultar, antes de solicitar a entrega do bem ou a prestação do serviço, a situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG), no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp) e perante a Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 65 do Decreto nº 48.745/2023, devendo registrar no Sigcon-MG Módulo Saída o comprovante da consulta.

**SUBCLÁUSULA 4ª:** O pagamento de tributos, obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste CONVÊNIO é responsabilidade exclusiva do CONVENENTE, que deverá comprová-lo na prestação de contas, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública do Poder Executivo Estadual a inadimplência do CONVENENTE em relação ao referido pagamento, ônus incidentes sobre o objeto deste convênio ou danos decorrentes de restrição à sua execução.

**SUBCLÁUSULA 5ª:** Os rendimentos decorrentes da aplicação serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicados no objeto deste instrumento, dispensada a formalização de aditamento, quando a utilização não implicar em ampliação ou reprogramação do objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

*(Nota explicativa: Esta subcláusula implica na possibilidade de utilização de rendimentos para acobertar a variação de preços de mercado, independente da celebração de termos aditivo, conforme §7º do art. 59 do Decreto nº 48.745/2023.Esta cláusula deve ser excluída caso o Concedente avalie pela necessidade de formalização de termo aditivo em qualquer hipótese de utilização dos rendimentos decorrentes da aplicação financeira)*

**SUBCLÁUSULA 6ª** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão registrados no Sigcon-MG Módulo Saída e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste último procedimento nos seguintes casos, em que poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado no Sigcon-MG Módulo Saída o beneficiário final da despesa:

I – na reserva de recursos para pagamento de direitos trabalhistas, encargos sociais e verbas rescisórias quando for previsto a remuneração da equipe da entidade privada sem fins lucrativos dimensionada no plano de trabalho;

II – na reserva de recursos para o pagamento de custos indiretos quando for previsto no plano de trabalho esse tipo de despesa da entidade privada sem fins lucrativos CONVENENTE ou da Fundação de Apoio INTERVENIENTE;

III – em situações excepcionais, no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida PACTUADA, desde que com autorização do ordenador de despesas do CONCEDENTE e mediante apresentação dos documentos listados no §3º do art. 69 do Decreto nº 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 7ª:** O (A) CONVENENTE registrará, no Sigcon-MG Módulo Saída, e em outros sistemas a ele integrados, os atos relacionados à execução do convênio, em até 30 dias contados da realização do ato, anexando documentação comprobatória, inclusive aquela relacionada à comprovação das despesas, conforme previsto no §1º do art. 50 do Decreto nº 48.745/2023 de forma a viabilizar o monitoramento e a fiscalização da execução pelo CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA 8ª** A comprovação das despesas realizadas na execução do convênio de que trata a Subcláusula 7ª desta Cláusula será feita a partir de notas ou comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ do convenente, do convênio de saída, do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço e com a identificação do concedente, para fins de comprovação das despesas.

**SUBCLÁUSULA 9ª:** O CONCEDENTE poderá autorizar que a empresa contratada pelo CONVENENTE insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no Sigcon-MG Módulo Saída.

*Nota explicativa: este subitem deve ser mantida apenas quando o objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA consistir em reforma ou obra)*

**SUBCLÁUSULA 10ª:** O (A) CONVENENTE emitirá, no Sigcon-MG-Módulo Saída, o Relatório de Atividades, observando o previsto no art. 74 do Decreto nº48.745/2023, descrevendo todas as atividades realizadas e eventuais justificativas para metas previstas não cumpridas, a cada (INSERIR A PERIODICIDADE), contados desde o início da vigência do instrumento, em até quarenta e cinco dias após concluído o período a ser monitorado.

*(Nota explicativa: inserir a periodicidade em que o Relatório de Atividades deve ser emitido pelo convenente, observado o intervalo máximo de seis meses entre os relatórios, conforme art.41, IX, do Decreto nº48.745/2023)*

**CLÁUSULA 10ª – DAS ALTERAÇÕES**

O presente instrumento e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, mediante proposta de alteração de qualquer uma das partes e celebração de termo aditivo, observados os requisitos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Capítulo VI do Decreto n° 48.745/2023, sendo vedada a alteração que resulte na modificação do núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** A proposta do CONVENENTE de alteração deste CONVÊNIO DE SAÍDA, devidamente formalizada e justificada, deverá ser registrada no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON-MG – Módulo Saída com antecedência mínima de 45 (quarente e cinco) dias do término da vigência, levando-se em conta o tempo necessário para análises e decisão do(a) CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** O(A) CONCEDENTE prorrogará de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante justificativa formalizada no SIGCON-MG – Módulo Saída, nos casos de atraso na liberação de recursos ocasionado pelo concedente, limitada a prorrogação ao exato período verificado ou previsão estimada de atraso da liberação dos recursos.

**SUBCLÁUSULA 3ª:** É permitida a realização de até dois aditamentos que impliquem em reprogramação, redução ou ampliação do objeto, não sendo aplicável esse limite aos convênios de saída envolvendo serviços essenciais durante situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecido pelo Estado de Minas Gerais, e aos convênios de saída de natureza continuada.

**SUBCLÁUSULA 4ª:** A alteração do convênio de saída relacionada exclusivamente à dotação orçamentária, aos membros da equipe executora, à conta bancária específica, à duração das etapas, à adequação do demonstrativo de recursos, à alteração do servidor ou da equipe responsável pelo monitoramento e pela fiscalização do convênio de saída, à alteração do cronograma de desembolso e à atualização de dados dos partícipes, e que não acarretar a modificação do objeto, do núcleo da finalidade, da data de término da vigência e do valor - salvo pela ocasião de uso de rendimentos - é dispensada de formalização do termo aditivo, sendo necessário o registro da proposta de alteração no SIGCON-MG – Módulo Saída, prévio parecer da área técnica e aprovação do concedente e a posterior apostila no último termo aditivo, conforme o art. 83 do Decreto n° 48.745/2023.

**CLÁUSULA 11ª – DO MONITORAMENTO**

O CONCEDENTE promoverá o monitoramento da execução do objeto deste convênio de saída, nos termos dos arts. 70 e 71 do Decreto n° 48.745/2023, e analisará os registros de execução, documentos e relatórios de atividades produzidos pelo convenente, em regra, por seleção amostral, sendo, contudo, permitido ao órgão concedente estabelecer que todos os registros, relatórios e documentos recebidos deverão ser analisados.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** Os registos de execução e relatórios de atividades e demais documentos produzidos pelo convenente serão obrigatoriamente analisados pelo órgão concedente nas hipóteses de indício de descumprimento injustificado do alcance das metas do convênio de saída, recebimento de denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto e no caso de convênio de natureza continuada.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** A análise dos registros de execução e relatórios de atividades realizadas deverá contemplar:

1. A verificação da a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE no Sigcon- MG Módulo Saída;
2. o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado;
3. as liberações de recursos do Estado e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

*(Nota explicativa: De acordo com a complexidade e especificidade do objeto pactuado, o CONCEDENTE pode INCLUIR, para além desses 3 itens, outros meios a serem utilizados para o monitoramento, conforme inciso IX, do art. 41, e inciso VI, do §1º do art. 38 do Decreto nº 48.745/2023)*

**SUBCLÁUSULA 3ª:** Para o monitoramento deste convênio de saída o representante legal do órgão concedente realizará a designação de servidor ou equipe habilitada a monitorar a execução do convênio de saída em tempo hábil e de modo eficaz, observado artigo 70 do Decreto n° 48.745/2023.

*(Nota explicativa: a ação prevista nesta Subcláusula poderá ser atribuída ao interveniente caso tal responsabilidade seja previstas na Cláusula 4ª, item III, conforme previsto no § 6º – do art. 29 do Decreto n° 48.745/2023)*

*(Nota explicativa: caso haja normativa do órgão ou entidade convenente que preveja a delegação de competência do representante legal para ocupante de cargo específico para a assinatura de convênios de saída ou para a designação do agente responsável pelo monitoramento, a designação de que trata a subcláusula 3ª poderá ser realizada pelo ocupante do cargo para o qual a competência foi delegada)*

**SUBCLÁUSULA 4ª:** Os agentes responsáveis pelo monitoramento designados nos termos do art. 70 do Decreto n° 48.745/2023, deverão registrar no Sigcon-MG Módulo Saída eventuais ocorrências, notificações, a análise feita dos registros de execução e relatórios de atividades.

**SUBCLÁUSULA 5ª:** Durante a vigência do convênio de saída, a conformidade financeira da execução do objeto pactuado em relação ao previsto no plano de trabalho e no projeto básico deverá ser analisada pelo órgão concedente quando, a partir das atividades de monitoramento, ou pelo recebimento de denúncias, for verificado o descumprimento injustificado das metas físicas ou indício de aplicação irregular dos recursos transferidos.

*(Nota explicativa: a análise da conformidade financeira poderá ser atribuída ao interveniente caso a responsabilidade de monitoramento esteja prevista na Cláusula 4ª, item III, conforme previsto no § 6º do art. 29 do Decreto n° 48.745/2023)*

**SUBCLÁUSULA 6ª:** No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

 I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

 IV - programar visitas técnica in loco ao local da execução, quando identificada a necessidade.

**SUBCLÁUSULA 7ª:** Se verificadas, a qualquer tempo, a omissão no dever de registro no Sigcon-MG dos atos relativos à execução, o inadimplemento da obrigação de emissão do Relatório de Atividades na periodicidade estabelecida na Cláusula 9ª deste instrumento, ou ocorrência de impropriedades na execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE, fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para o saneamento ou apresentação de justificativas, sob pena da rescisão deste instrumento.

**SUBCLÁUSULA 8ª:** Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 30 (trinta) dias para o CONVENENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

**SUBCLÁUSULA 9ª:** As comunicações decorrentes das atividades de monitoramento e fiscalização serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, devendo a notificação ser registrada no Sigcon-MG Módulo Saída,

**SUBCLÁUSULA 10ª:** No caso de paralisação, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade sobre a execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA para evitar a descontinuidade de seu objeto.

**CLÁUSULA 12ª – DA FISCALIZAÇÃO**

O CONCEDENTE, a partir de servidor ou equipe designada, exercerá a atribuição de fiscalização da execução deste convênio de saída, nos termos do art. 72 do Decreto n° 48.745/2023, com a finalidade de verificar, na execução do instrumento, considerando o plano de trabalho, o cumprimento das obrigações previstas no termo de convênio e da legislação aplicável, com vistas à garantia da regular consecução do objeto e alcance da finalidade pactuada.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** A designação de agente ou equipe responsável pela fiscalização será feita pelo responsável legal do órgão concedente, nos termos do art. 70 do Decreto n° 48.745/2023.

*(Nota explicativa: a ação prevista nesta Subcláusula poderá ser atribuída ao interveniente caso tal responsabilidade seja previstas na Cláusula 4ª, item III, conforme previsto no § 6º – do art. 29 do* do Decreto n° 48.745/2023*)*

*(Nota explicativa: caso haja normativa do órgão ou entidade convenente que preveja a delegação de competência do representante legal para ocupante de cargo específico para a assinatura de convênios de saída ou para a designação do agente responsável pela fiscalização, a designação de que trata a subcláusula 1ª poderá ser realizada pelo ocupante do cargo para o qual a competência foi delegada)*

**SUBCLÁUSULA 2ª:** O agente ou equipe responsável pela fiscalização registrará todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto aferidas a partir da fiscalização no Sigcon-MG Módulo saída, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

**SUBCLÁUSULA 3ª:** O agente responsável pela fiscalização, sempre que possível, deverá realizar visita técnica in loco nos locais de execução do objeto do convênio de saída, durante a vigência ou após o seu término, para subsidiar a fiscalização do convênio de saída, especialmente nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto.

*(Nota explicativa: a visita técnica in loco poderá ser atribuída ao interveniente caso a responsabilidade de esteja prevista na Cláusula 4ª, item III, conforme previsto no § 6º do art. 29 do Decreto n° 48.745/2023, ou mesmo a órgãos e entidades parceiros, nos termos do art.80 do Decreto n° 48.745/2023)*

**SUBCLÁUSULA 4ª:** Os agentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, do controle interno e externo e de terceiros incumbidos do apoio técnico para monitoramento e a fiscalização terão acesso livre aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este CONVÊNIO DE SAÍDA, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

**SUBCLÁUSULA 5ª:** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos estaduais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**CLÁUSULA 13ª – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter documentos, informações e demonstrativos, que possibilitem o(a) concedente verificar a regularidade da gestão dos recursos públicos durante a execução do convênio de saída, de acordo com as regras previstas no Capítulo VII do Decreto n° 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** O(A) CONVENENTE encaminhará no Sigcon-MG Módulo Saída a prestação de contas:

a) PARCIAL: quando a liberação dos recursos ocorrer em 2 (duas) ou mais parcelas, nos termos do § 2º do art. 91 do Decreto n° 48.745/2023;

b) FINAL: até 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com o disposto no § 4º do art. 91 do Decreto n° 48.745/2023, atendendo às instruções do(a) CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** O (A) CONVENENTE deverá encaminhar a prestação de contas parcial no Sigcon-MG Módulo Saída até 30 dias antes da data prevista no cronograma de desembolso do plano de trabalho para o repasse subsequente.

*(Nota explicativa: o Decreto n° 48.745/2023 prevê no § 2º do art. 91 que a definição do prazo de encaminhamento da prestação de contas parcial será definida no termo do instrumento. O prazo de 30 dias inserido nesta minuta padrão é apenas uma sugestão, que tem coimo justificativa a garantia de um tempo mínimo para que a documentação encaminhada possa ser analisada pelo(a) concedente)*

**SUBCLÁUSULA 3ª:** As prestações de contas serão constituídas pela documentação listada nos arts. 93 e 94 do Decreto n° 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 4ª:** Não serão aceitos documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

**SUBCLÁUSULA 5ª:** Finalizada a análise da prestação de contas, o CONCEDENTE deverá registrar no Sigcon-MG Módulo Saída:

1. Parecer Técnico: para avaliação do cumprimento do objeto, nos termos do art. 97, I, do Decreto nº 48.745/2023;
2. Parecer Financeiro: para avaliação da correta aplicação dos recursos, nos termos do art. 97, II, do Decreto nº 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 6ª:** As despesas serão comprovadas mediante documentos registrados pelo CONVENENTE no Sigcon-MG Módulo saída, nos termos da Cláusula 9ª, em formato nato-digital ou digitalizado.

**SUBCLÁUSULA 7ª:** Cabe ao(à) CONCEDENTE e, se extinto, a seu sucessor, promover a conferência da documentação apresentada, adotar as medidas administrativas internas, notificar o(a) CONVENENTE para saneamento das irregularidades e eventual devolução de recursos e emitir pareceres técnico e financeiro, aprovando, com ou sem ressalvas, ou reprovando a prestação de contas, bem como promover o arquivamento dos processos, que ficarão à disposição dos órgãos fiscalizadores.

**SUBCLÁUSULA 8ª:** Constatadas quaisquer irregularidades após a análise da prestação de contas final, o(a) CONCEDENTE notificará o(a) CONVENENTE, fixando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data do recebimento da notificação, para saneamento das irregularidades ou devolução dos recursos, atualizados nos termos do art. 101, do Decreto n° 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 9ª:** As irregularidades constatadas na análise de prestação de contas de que trata a Subcláusula 7ª serão notificadas ao CONVENENTE, preferencialmente, por meio eletrônico, devendo também ser registrada no Sigcon-MG Módulo Saída a comunicação feita.

**SUBCLÁUSULA 10ª:** O (a) concedente deverá instaurar o Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE – Parcerias, nos termos do Decreto nº 46.830, de 2015, se verificada a omissão do convenente no dever de prestação de contas ou se da análise da prestação de contas final deste convênio de saída, identificar a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte dano ao erário.

**SUBCLÁUSULA 11ª:** O (A) concedente deverá efetuar o registro da inadimplência do convenente no SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA –Siafi-MG:, nas seguintes hipóteses:

I - Reprovação da prestação de contas final do convênio de saída, independente da causa, quando o convenente for entidade privada sem fins lucrativos;

II- Reprovação da prestação de contas final em decorrência da omissão no dever de prestar contas, quando o convenente for ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado;

III- Reprovação da prestação de contas quando o convenente for ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado, que não tenha como causa a omissão, após o julgamento pelo Tribunal de Contas competente da Tomada de Contas Especial, ou procedimento análogo.

**SUBCLÁUSULA 12ª:** Caso ocorra o registro de inadimplência no SIAFI-MG previsto na Subcláusula 11ª, este será realizado tanto para o CONVENENTE quanto para o INTERVENIENTE.

(*Nota Explicativa: somente para convênios de saída que possuam INTERVENIENTE que não seja órgão ou entidade da Administração Pública estadual)*

**SUBCLÁUSULA 13ª:** Além das providências previstas nas SUBCLÁUSULAS 10ª e 11ª, na hipótese de não encaminhamento da prestação de contas final no prazo determinado ou de reprovação da prestação de contas, em sede de Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE – Parcerias – observados o Decreto Estadual n° 46.830/2015, o CONCEDENTE deverá:

a) inscrever o responsável pela causa da não aprovação da prestação de contas ou por sua omissão em conta de controle “Diversos Responsáveis em Apuração” no valor correspondente ao dano;

b) baixar o registro contábil da parceria; e

c) encaminhar os autos à autoridade administrativa competente para instauração de tomada de contas especial.

**CLÁUSULA 14 – DA DENÚNCIA E DA RECISÃO**

Os partícipes poderão, a qualquer tempo, denunciar ou rescindir este CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexequível.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** Constitui motivo para rescisão unilateral a critério do(a) CONCEDENTE, observado o art. 109 do Decreto n° 48.745/2023, as seguintes situações:

1. a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção insanável de informação em documento apresentado ao CAGEC ou na celebração do CONVÊNIO DE SAÍDA;
2. a inadimplência pelo(a) CONVENENTE de quaisquer das cláusulas pactuadas;
3. o não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, sem prévia autorização do(a) CONCEDENTE, ainda que em caráter de emergência;
4. a aplicação financeira dos recursos em desacordo com o disposto na Subcláusula 2ª da Cláusula 9ª
5. a utilização dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA em finalidade distinta ou para uso pessoal a qualquer título;
6. a falta de apresentação de contas, nos prazos estabelecidos, ou a não aprovação da prestação de contas parcial;
7. a verificação de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificado pelo(a) CONCEDENTE; e
8. a não resolução de eventual condição suspensiva no prazo definido na Cláusula 17ª.

*(Nota explicativa: Este subitem deverá ser mantido apenas quando houver Condição Suspensiva de que trata a Cláusula Décima Sexta)*

**SUBCLÁUSULA 2ª:** Em qualquer das hipóteses de denúncia ou rescisão, ficam os partícipes vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas, relativas ao prazo em que tenham participado do CONVÊNIO DE SAÍDA, nos termos da Cláusula 13ª.

**SUBCLÁUSULA 4ª:** O(A) INTERVENIENTE poderá se retirar do convênio, a qualquer tempo, mediante notificação prévia às partes, com antecedência mínima de 30 (trinta dias), desde que não remanesçam obrigações a seu cargo, permanecendo vinculado(a) às responsabilidades relativas ao prazo em que tenha participado do CONVÊNIO DE SAÍDA.

*(Nota explicativa: esta Subcláusula só deve constar do CONVÊNIO DE SAÍDA caso exista INTERVENIENTE)*

**CLÁUSULA 15 – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

O CONVENENTE deverá restituir ao Tesouro Estadual saldos financeiros remanescentes verificados quando da ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO DE SAÍDA, bem como eventual dano ao erário apurado pelo CONCEDENTE, sob pena de reprovação o das contas e instauração de Processo Administrativo de Constituição de Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE- Parcerias.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** Os saldos em conta corrente e de aplicação financeira remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos pelo CONVENENTE na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE) até 30 (trinta) dias após o término da vigência, conforme art. 93, inciso VII, do Decreto n° 48.745/2023

*(Nota Explicativa: se o CONCEDENTE for entidade pública da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, deverá ser apresentado o comprovante de depósito na conta específica do CONCEDENTE; se o instrumento se tratar de subconvênio, deverá ser apresentado comprovante de depósito na conta específica do convênio de entrada ou do contrato de repasse celebrado com a União.)*

**SUBCLÁUSULA 2ª :** No caso de denúncia e rescisão, a devolução dos saldos em conta corrente e de aplicação financeira remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas de aplicação financeira realizadas, deverão ser devolvidas aos partícipes, observando-se a proporcionalidade dos recursos, em até 30 (trinta) dias após a denúncia ou rescisão, independente da data em que foram aportados pelas partes, observado os §§ 2° e 3° do art. 110 do Decreto n° 48.745/2023.

**SUBCLÁUSULA 3ª:** Na hipótese de o CONCEDENTE verificar indício de dano ao erário na execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA, o CONVENENTE deverá restituir ao Tesouro Estadual o valor correspondente, nos termos do art. 101 do Decreto Estadual n Decreto n° 48.745/202.

**CLÁUSULA 16 – DA PROPRIEDADE DOS BENS E DO DIREITO AUTORAL**

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio destinam-se ao uso exclusivo do(a) CONVENENTE, para atendimento à comunidade e pessoas beneficiadas, sendo vedada a sua utilização para uso pessoal a qualquer título.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio incorporam-se automaticamente ao patrimônio do(a) CONVENENTE após a aprovação da prestação de contas final.

*(Nota explicativa: é permitida a previsão de que os bens serão propriedade do(a) CONCEDENTE)*

**SUBCLÁUSULA 2ª:** Sendo o CONVENENTE Administração Pública Municipal ou Entidade Pública, os bens adquiridos deverão ser incluídos em sua carga patrimonial, com identificação patrimonial dos bens permanentes.

*(Nota explicativa: este subitem deve ser excluída caso CONVENENTE seja Entidade Privada Sem Fins Lucrativos)*

**SUBCLÁUSULA 3ª:** É vedado ao(à) CONVENENTE transferir o domínio do bem imóvel ou móvel permanente adquirido, produzido, transformado ou construído com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA até a aprovação da prestação de contas final.

*(Nota explicativa: se for de interesse da Administração Pública estadual, esta Subcláusula deve ser retirada para que o domínio do bem volte para o Estado)*

**SUBCLÁUSULA 4ª:**

A transferência do domínio do bem após a aprovação da prestação de contas final depende da manutenção de sua aplicação em prol de interesse público, de formalização de instrumento jurídico próprio pelo(a) CONVENENTE e de observância da legislação que rege a matéria.

 A transferência do domínio do bem após a prestação de contas final depende de vinculação à mesma finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA, de formalização de instrumento jurídico próprio pelo(a) CONVENENTE e de observância da legislação que rege a matéria. A transferência de domínio de bem móvel permanente em período inferior a cinco anos após a aprovação da prestação de contas final, bem como de bem imóvel a qualquer tempo, depende, ainda, de autorização prévia do(a) CONCEDENTE.

*(Nota explicativa: A primeira opção da subcláusula deverá ser utilizada no caso de convenente ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado. A segunda opção da subcláusula deverá ser utilizada no caso de convenente entidade privada sem fins lucrativos)*

**SUBCLÁUSULA 5ª:** Após a aprovação da prestação de contas final, na hipótese de o bem não ter mais valor contábil, o CONCEDENTE poderá aprovar a sua alienação, devendo os eventuais recursos arrecadados pelo CONVENENTE com esse procedimento serem utilizados, no caso de ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado, em prol de interesse público, e no caso de convenente entidade privada sem fins lucrativos, em suas finalidades estatutárias.

**SUBCLÁUSULA 6ª:** Verificado o uso pessoal, ou o descumprimento do previsto nas subcláusulas 4ª e 5ºs desta cláusula, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio deverão ser revertidos ao patrimônio do(a) CONCEDENTE, ou, na impossibilidade da devolução desses, o valor equivalente.

**SUBCLÁUSULA 7ª:** O Estado de Minas Gerais será considerado coautor do programa, projeto ou atividade objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, para fins de definição dos direitos autorais, de imagem e da propriedade, inclusive intelectual, dos dados gerados e dos produtos desenvolvidos na execução do convênio.

**CLÁUSULA 17 – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA**

O CONVÊNIO DE SAÍDA com Plano de Trabalho aprovado com ressalva técnica e/ou jurídica terá sua eficácia suspensa até que o(a) CONVENENTE apresente a documentação técnica e/ou jurídica relacionada nos pareceres respectivos.

**SUBCLÁUSULA 1ª:** A eficácia do CONVÊNIO DE SAÍDA, inclusive a liberação de recursos, somente ocorrerá após a resolução das pendências pelo(a) CONVENENTE, que deverá ser atestada pelas áreas técnica e jurídica do(a) CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA 2ª:** O(A) CONCEDENTE, após certificar o cumprimento das ressalvas técnica e/ou jurídica, inicialmente apontadas, emitirá ofício comunicando o(a) CONVENENTE sobre o término da condição suspensiva, liberando o repasse de recursos.

**SUBCLÁUSULA 3ª:** A resolução da condição suspensiva deverá ocorrer no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da publicação do CONVÊNIO DE SAÍDA, sob pena de rescisão, cabendo ao(à) CONCEDENTE acompanhar o cumprimento deste prazo.

*(Nota explicativa: se for de interesse da Administração Pública estadual, este prazo poderá ser alterado)*

**SUBCLÁUSULA 4ª:** O(A) CONVENENTE, desde já e por este instrumento, **reconhece que o não cumprimento das exigências relativas à análise técnica e/ou jurídica implicará, caso não seja equacionada, na rescisão unilateral de pleno direito do presente instrumento** no interesse do(a) CONCEDENTE.

*(Nota explicativa: esta Cláusula só deve existir se o convênio for celebrado com tais ressalvas. Caso contrário, ela deverá ser retirada)*

**CLÁUSULA 18 – DA PUBLICAÇÃO**

Para eficácia deste instrumento, o(a) CONCEDENTE providenciará a publicação do seu extrato no Órgão Oficial Minas Gerais, em consonância com as normas estatuídas no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e no art. 44 Decreto n° 48.745/2023.

**CLÁUSULA 19– DO FORO**

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA:** Sendo o CONVENENTE Administração Pública Municipal, as causas e conflitos serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos da subitem “j”, do inciso I, do art. 106 da Constituição Estadual.

E, por estarem assim justas e avençadas, as PARTES assinam, eletronicamente, o presente instrumento, aceitando e reconhecendo como válida as assinaturas digitais.

Belo Horizonte, de de .

**NOMEREPRESENTANTECONCEDENTE**

CARGOREPRESENTANTE

**NOMEREPRESENTANTECONVENENTE**

CARGOREPRESENTANTE

**NOMEREPRESENTANTEINTERVENIENTE**

CARGOREPRESENTANTE

*(Nota explicativa: caso exista INTERVENIENTE)*